

Objetivo: Analisar os fatores na economia, sociedade e meio ambiente global que levaram às convenções globais e demais desdobramentos das conferências ambientais globais desde Estocolmo, estabelecendo o arcabouço institucional internacional para a gestão de recursos comuns, e avaliar através de estudos de caso as repercussões das convenções do Rio na gestão ambiental nacional, de forma comparada.

Ementa: O meio ambiente no contexto do sistema capitalista mundial e sua evolução histórica: a ideologia do progresso e a dominação da natureza. Sociedade de risco, o papel da Ciência, e as comunidades epistêmicas. Governança do regime global de gestão ambiental: “soft law” e a construção de consenso em torno de regimes (e “não-regimes”). Articulação e disputas entre as redes globais sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e sua expressão programática a caminho ao Rio-92 e além. A negociação das convenções quadro e protocolos globais da biodiversidade e do clima, com ênfase nos acordos sobre Biossegurança, Acesso e Compartilhamento dos Benefícios (ABS), e entre o MDL e de REDD+, e as implicações do Acordo de Paris no caso do clima. Os instrumentos e instituições de gestão ambiental e de financiamento internacional do desenvolvimento sustentável e suas repercussões nacionais e locais. A arquitetura dos acordos e os fatores que afetam a sua eficiência, eficácia e equidade assim como seu “fit” institucional na implementação nacional e local. Instrumentos de gestão ambiental nacionais comparados e sua compatibilidade com as convenções globais do meio ambiente. Contradições e paralelos entre a liberalização do comércio, dos fluxos de bens e serviços ambientais, e o sistema financeiro mundial. Decrescimento e crise – oportunidade para fortalecimento de um novo paradigma? As propostas conflitantes para um Green New Deal e da Economia “Verde”, e as perspectivas para o cumprimento dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda 2030. “Building Back Better” com adesão aos acordos globais após a crise da COVID-19, ou caos oriundo da emergência em guerra, inflação e insegurança alimentar, e pandemia não vencida. Vulnerabilidade às zoonoses e o risco de novas pandemias devido à extração de commodities no Sul Global.

Programa e bibliografia:

04/08 – 0. Introdução e organização (remota)

11/08 – 1. As dimensões institucionais de governança da mudança global (remota)

*LEIS, H.R. A modernidade insustentável. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.

CLAES/PUC, RJ, 2004. Cap. 1: A crise da governabilidade do meio ambiente no mundo contemporâneo.

*MURADIAN, R., WALTER, M. e MARTINEZ-ALIER, J. Hegemonic transitions and global shifts in social metabolism: Implications for resource-rich countries. *Global Environmental Change* 22 (2012) 559–56.

*YOUNG, O. The institutional dimensions of environmental change: Fit, interplay and scale. Cambridge, Mass., MIT Press, 2002. Parte I: Concepts and Models.

18/08 -- 2. Progresso e incerteza científica no regime global de governança ambiental (presencial)

* DIMITROV, R.S. Science & international environmental policy; Regimes and non-regimes in global governance. Oxford, UK, Rowman & Littlefield, 2006.

* GUIVANT, J. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia, *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, abril 2001: 95-112.

*FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J. Post-normal science. *International Encyclopaedia of Ecological Economics*. Mimeo, 2003.

*LÉNA, P. e ISSBERNER, L-R. Desafios para o Brasil no Antropoceno. In: May, P. (org.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 3a Edição. Rio: Elsevier/Campus, 2018.

25/08 -- 3. Comunidades epistêmicas e disputas entre atores na governança ambiental global (presencial)

*CASTELLS, M. "O 'verdejar' do ser: o movimento ambientalista". In: O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 141-168.

HAAS, P. Epistemic communities and international policy coordination. Intl. Organization 46: 1-35, 1992.

*KECK, M.E. & SIKKINK, K. Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics. Cornell U. Press, 1998.

*MILANI, C. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 289-303, Maio/Ago. 2008.

01/09 -- 4. – Sustentabilidade para quem? De Estocolmo ao Rio+20 via Brundtland, Joanesburgo, Metas do Milênio, ODS e Agenda 2030 (presencial)

COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio: FGV, 1987.

REDCLIFT, M. Sustainable development: exploring the contradictions. Routledge, 1987. Cap. 8.

* CORRÊA DO LAGO, A.A. Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas, Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

GUIMARÃES, R. e FONTOURA, Y.S.R. Rio+20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. Ambiente e Sociedade 15(3), 2012. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2012000300003>

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD) – EARTH NEGOTIATIONS BULLETIN (ENB). Summary of the United Nations Conference on Sustainable Development: 13-22 June 2012.

<http://www.iisd.ca/uncsd/rio20/enb/>

* ONU, Rio Declaration; Agenda 21, CNUMAD, 1992; The Future We Want. Conferência Rio+20, 2012; The 2030 Agenda for Sustainable Development, 2015.

08/09 -- APRESENTAÇÃO INICIAL DOS TRABALHOS DOS ALUNOS (remota desde ECOECO-Acre)

15/09 -- 5. A Convenção de Biodiversidade: Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos - Acesso e Compartilhamento Equitativo dos Benefícios da Bioeconomia (presencial)

*ALBAGLI, S. Geopolítica da biodiversidade. Brasília: IBAMA, 1998. Caps. 2 e 3

*CDB. A Convenção sobre Diversidade Biológica.

*CDB, Protocolo de Nagoya e Metas de Aichi. 2010.

* LIMA, A. e BENSUSAN, N. Quem cala consente? Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais. São Paulo: Documentos ISA 8, 2003.

* MMA, 5º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil. 2015.

*MAY, P. e VINHA, V. A biodiversidade e a governança verde no Brasil: soluções inovadoras na gestão dos recursos para a conservação e equidade. Desenvolvimento em Debate 3(2): 89-110, 2010.

22/09 -- 6. A Convenção do Clima: Responsabilidade Comum mas Diferenciada / Florestas nas Negociações do MDL e de REDD+ Pós-Quito / Integração de Mitigação e Adaptação (presencial)

BÖRNER, J. et al. Direct conservation payments in the Brazilian Amazon: scope and equity implications. Ecological Economics, abril, 2010.

CORBERA, E., et al. Rights to forests and carbon: insights from Mexico, Brazil and Costa Rica. Forests, 2011

* DI GREGORIO, M., FATORELLI, L., PAAVOLA, J., LOCATELLI, B., PRAMOVA, E., NURROCHMAT, D. R., MAY, P. H., BROCKHAUS, M. e SARI. Multi-level governance and power in climate change policy networks. Global Environmental Change-Human and Policy Dimensions, v.54, p.64 - 77, 2019.

*FEARNSIDE, P. Saving tropical forests as a global warming countermeasure: an issue that divides the environmental movement. Ecological Economics 392: 167-184, 2001.

* IPCC, 2021: Summary for policymakers. In: Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability.

Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 1-32.

*MAY, P., MILLIKAN, B., GEBARA, M.F. e MUCILLO, L. O contexto de REDD+ no Brasil, CIFOR, Bogor, 2015.

STERN, N. Relatório Stern: Aspectos Econômicos das Alterações Climáticas. (The Stern Report), Governo do Reino Unido, 2006 (Resumo em português).

* STIGLITZ, J.; STERN, N. et al. Report of the high-level commission on carbon pricing. Banco Mundial, 2017.

29/09 -- 7. Transição para Economia Verde, Decrescimento e os Green Deals pós-COVID-19, Ucrânia e o choque de 2022 (remota desde Maceió)

ABRAMOVAY, R. Muito além da economia verde. Planeta Sustentável, 2012.

DORNINGER, C., HORNBORG, A., ABSON, D. J., VON WEHRDEN, H., SCHAFFARTZIK, A., GILJUM, S., ENGLER, J. O., FELLER, R. L., HUBACEK, K., & WIELAND, H. (2021). Global patterns of ecologically unequal exchange: Implications for sustainability in the 21st century. Ecological Economics, 179, Article 106824.

<https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106824>

* EC. Delivering the European Green Deal, 2021. https://ec.europa.eu/clima/eu-action/european-green-deal/delivering-european-green-deal_en

FARLEY, J. et al., "Monetary and Fiscal Policies for a Finite Planet," Sustainability 2013, 5(6), 2802-2826; doi:[10.3390/su5062802](https://doi.org/10.3390/su5062802)

KALLIS, et al., Research on degrowth. Annual Review of Environment and Resources., 2018.

*OCASIO-CORTEZ, A. H.Res.332 - Recognizing the duty of the Federal Government to create a Green New Deal.117th Congress (2021-2022). <https://www.congress.gov/bill/117th-congress/house-resolution/332>

*OECD (2022), OECD Economic Outlook, Interim Report March 2022: Economic and Social Impacts and Policy Implications of the War in Ukraine, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/4181d61b-en>.

*UNEP. Steps toward a Green Economy. Nairobi, PNUMA, 2011. Summary for Policymakers.

06/10 – Conclusão e próximos passos para COP30 (remota desde Maceió)

Report of the Conference of the Parties on its twenty-ninth session, held in Baku from 11 to 24 November 2024 – Long-term climate finance, 2024.

NDC 3.0 Guidebook for Industrial Decarbonization – Volume 1, Net Zero Partnership. 2025.

06/10 – 8. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS FINAIS DA DISCIPLINA (remota desde Maceió)